



Anais do Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

29º Congresso · 2026 · ISBN 978-65-89012-07-8

Monogamia, não-monogamia e a função do amor

Um olhar orgonômico sobre os vínculos afetivo-sexuais

Monogamy, non-monogamy and the function of love

Renata Andriolo Abel (1); José Henrique Volpi (2)

(1) Centro Reichiano · Florianópolis-SC · Brasil

(2) Centro Reichiano · Curitiba-PR · Brasil

Resumo

A discussão contemporânea sobre monogamia e não-monogamia tem sido frequentemente reduzida a uma oposição entre formatos relacionais, o que limita a compreensão de fenômenos complexos que atravessam o campo clínico e social. Este trabalho propõe deslocar esse debate para a análise da funcionalidade dos vínculos, tomando como base o funcionalismo orgonômico de Wilhelm Reich. A partir do diálogo com autoras como Geni Nuñez e Brigitte Vasallo, argumenta-se que a qualidade de uma relação não se define pelo número de parceiros ou pela adesão a determinados modelos, mas pela dinâmica energética e (somato)psicodinâmica que sustenta o vínculo, constituída ao longo do processo contínuo de ontogênese da criatura humana. São esmiuçados conceitos como pulsação, autorregulação, encouraçamento, função e disfunção, articulando-os à noção do sistema casal como uma unidade funcional. O estudo busca, assim, mapear critérios clínicos mais precisos para a análise das relações afetivo-sexuais, superando a aparente dicotomia entre monogamia e não-monogamia e contribuindo para uma escuta clínica orientada pela autorregulação e pela ampliação da capacidade de amar.

Palavras-chave: Autorregulação. Funcionalismo Orgonômico. Não-monogamia. Sistema Casal. Relações afetivo-sexuais.

Abstract

The contemporary discussion on monogamy and non-monogamy has often been reduced to an opposition between relationship models, which limits the understanding of the complex phenomena that permeate both clinical and social contexts. This paper proposes shifting the focus of this debate toward an analysis of the functionality of relational bonds, based on Wilhelm Reich's orgonomic functionalism. Drawing on a dialogue with authors such as Geni Nuñez and Brigitte Vasallo, it argues that the quality of a relationship is not defined by the number of partners or by adherence to specific models, but rather by the energetic and (somato)psychodynamic dynamics that sustain the bond, constituted throughout the continuous process of ontogenesis of the human being. Concepts such as pulsation, self-regulation, armoring, function, and dysfunction are examined in detail and articulated with the notion of the couple system as a functional unit. The study thus seeks to map more precise clinical criteria for the analysis of affective-sexual relationships, moving beyond the apparent dichotomy between monogamy and non-monogamy and contributing to a clinical approach guided by self-regulation and the expansion of the capacity

to love.

Keywords: Self-regulation. Orgonomic Functionalism. Non-monogamy. Couple System. Affective-sexual relationships.

1. Introdução

A discussão acerca das temáticas relacionais referentes à monogamia e à não-monogamia tem ganhado destaque ao longo dos últimos anos. Na rede social Instagram, por exemplo, há inúmeras páginas que tanto apresentam quanto esmiuçam a questão da não-monogamia, inclusive com o termo “escuta não-monogâmica” surgindo como um indicador de diferencial de atendimento psicoterapêutico e/ou psicológico. Isso revela, no mínimo, que a procura por uma escuta aberta a modelos relacionais que não operem pela lógica e moral monogâmica é uma demanda não apenas social, mas clínica. Além disso, a popularidade de publicações recentes como “Descolonizando Afetos: experimentações sobre outras formas de amar” de Geni Nuñez (2023), doutora em Ciências Humanas, psicóloga e indígena pertencente ao povo guarani, com mais de 50 mil exemplares vendidos,[\[1\]](#) assim como “O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos” Brigitte Vasallo (2022), escritora, professora e ativista espanhola, ressaltam a pertinência e atualidade dessa discussão.

A ênfase crescente nessa discussão advém dentro de um cenário mais amplo de transformação no tecido de nossa organização social, em diversos níveis. No escopo deste texto, cabe apontar em especial os deslocamentos nas organizações familiares, as quais são a instituição cerne da lógica da reprodução social, uma vez que é neste núcleo primário que se tecem as principais tendências caracteriais (REICH, 1966).[\[2\]](#) Esta foi configurada majoritariamente nos termos de família nuclear patriarcal, a qual, embora siga ocupando o lugar de referencial moral de nossa estruturação social, teve seu imperativo deslocado ao longo das últimas décadas. Hoje, há mais espaço para outros modos de constituir família (arranjos homoafetivos, monoparentais, coparentais, família reconstituída etc). E outras configurações familiares produzem, por consequência, outros modos de subjetivação. Desses sujeitos, marcados pelo o que é particular à contemporaneidade, derivam outros tipos de desejos, defesas e modos de se relacionar e de se vincular.

É neste cenário de transformação política e social que a discussão acerca da monogamia e da não-monogamia emerge e se destaca. Esta se funda na compreensão da monogamia não apenas enquanto uma questão de escolha individual, mas enquanto um regime de

subjetivação, um sistema de pensamento, uma estrutura social e política, mantenedora de uma ordem social conservadora, patriarcal, colonialista, racista, heterocentrada e autoritária (VASALLO, 2022; NUÑEZ, 2023). Ainda que raramente citado nesse tipo de debate, Wilhelm Reich, nos primórdios do século XX, lançou as bases para essa discussão ao apontar a repressão sexual perpetuada pelo núcleo da família nuclear patriarcal monogâmica como cerne da neurose e do encouraçamento do sujeito, motor perpetuador da “peste emocional” (REICH, 1968).

Embora a crescente crítica contemporânea à monogamia seja expressivamente contundente, ainda assim parece residir uma lacuna, o qual se evidencia ao nos deslocarmos do plano social e político mais amplo para um fundo mais clínico. Se tomamos que a monogamia se refere mais a um regime social do que a uma escolha individual, e que a não-monogamia emerge como uma crítica a esse regime – em termos ideológicos, morais e éticos –, torna-se nitidamente limitado reduzir essa discussão a uma mera oposição entre “formatos relacionais”. Diante disso, algumas perguntas se impõem: o que designa uma relação afetivo-sexual saudável? O que sustenta, no corpo e na psique, o(s) vínculo(s)? Como oferecer um chão (somato)psicodinâmico e energético para essa discussão? Como compreender o sistema casal e os vínculos desde esse mesmo chão e para além de uma descrição intelectualizada e cognitiva sobre “ser monogâmico” ou “ser não-monogâmico”?

Este trabalho tem como objetivo elaborar respostas a essas questões com base no funcionalismo orgonômico, epistemologia que fundamenta a teoria e a clínica inauguradas por Wilhelm Reich. Busca-se investigar em que medida a análise funcional dos vínculos, a partir do referencial reichiano, permite superar os limites do debate contemporâneo, centrado na oposição entre monogamia e não-monogamia. Desse modo, pretende-se delimitar referenciais que ofereçam maior nitidez à escuta clínica de fenômenos relacionados ao amor, à sexualidade e aos modos de viver as relações afetivas.

2. Monogamia e não-monogamia: regimes de subjetivação em face ao mero formato relacional

É comum que as abordagens mais simplificadas em torno da monogamia e da não-monogamia orbitem em torno da possibilidade ou impossibilidade de uma relação afetivo-sexual entre duas pessoas ser “aberta” e permeável a relações sexuais com outras pessoas. Isso reduz um debate amplo para algo como: monogâmicos, em teoria, só têm relações sexuais entre si; não-monogâmicos podem as ter com outras pessoas. Nuñez

(2023) e Vasallo (2022), entretanto, convergem ao complexificar essa discussão, indicando que a não-monogamia não se define necessariamente pelo número de pessoas envolvidas, mas pelo modo como os vínculos se organizam.[\[3\]](#)

Nuñez (2023) destaca dois elementos centrais na experiência monogâmica: a exclusividade afetivo-sexual e a indissolubilidade do vínculo. A autora desvela o caráter mutuamente coercitivo do combinado de exclusividade sexual, uma vez que este diz respeito não apenas à gestão do próprio corpo, mas a reivindicação de controle recíproco sobre a sexualidade do outro e no qual a renúncia à própria autonomia é frequentemente tomada como prova de amor (NUÑEZ, 2023). O critério de indissolubilidade do vínculo, em contrapartida, - “até que a morte nos separe” - indica que assumir e aceitar a possibilidade de transformação e dissolução dos vínculos se configura, nos termos da autora, como uma posição não-monogâmica.[\[4\]](#)

Vasallo (2022), por sua vez, acrescenta a essa leitura a dimensão da hierarquia e da competição, ao apontar que a lógica monogâmica organiza os vínculos a partir de uma estrutura piramidal, na qual o casal ocupa uma posição central em relação às demais relações que são tomadas como secundárias e menos importantes (como a família histórica, amizades, vizinhança etc). Nesse sentido, propõe uma diferenciação importante entre hierarquia e prioridade: enquanto a primeira é estática e corresponde a normas exógenas ao sistema que o vínculo forma, a prioridade é contingente e móvel, dado que as prioridades dos sujeitos também se transformam conforme os momentos vitais que vivem e ao longo da temporalidade do vínculo.[\[5\]](#) Essa distinção destaca que a crítica à monogâmica não se restringe à exclusividade sexual, mas inclui a problematização da hierarquização (e competição) entre os vínculos.

As análises de Nuñez e Vasallo evidenciam a violência, coerções e dinâmicas de poder implícitas na lógica monogâmica, e apontam algumas direções para se deslocar desta. Nuñez propõe, por exemplo, que a qualidade de um vínculo não seja medida pelo grau de sacrifício implicado, mas que cogitemos outros critérios, como “autonomia, alegria, expansão e transbordamento” (NUÑEZ, 2023, p. 143), chamando atenção para a dimensão cotidiana, que chama de artesanaria dos afetos, o “tempero afetivo que se coloca no modo de fazer as coisas” (NUÑEZ, 2023, p. 143). Vasallo, por sua vez, aponta para a competitividade que pode surgir nas relações ainda que não as viva de modo exclusivo, e propõe a descentralização - seja do sexo genital, seja da entidade casal, seja da dependência disfuncional em uma só pessoa - visando a construção e nutrição de uma

rede afetiva, rompendo, assim, com o aspecto hierárquico (VASALLO, 2022).

As proposições de ambas autoras convergem nesse ponto: o de que criticar a monogamia e propor outros arranjos (não monogâmicos, para Nuñez, e poliamorosos, para Vasallo) se refere muito mais ao **como** do que ao **quê**: importa mais olhar para a qualidade dos vínculos, sua dinâmica interna e externa em relação aos outros vínculos de sua vida, do que estritamente ao formato e/ou quantidade de relações afetivo-sexuais que se mantém. Esse deslocamento pode aproximar-se do olhar funcional, tal como proposto por Wilhelm Reich, onde o foco na análise de qualquer fenômeno repousa na sua **função** muito mais do que na sua **forma**; em outros termos, na sua dinâmica energética, no processo vivo que o constitui anterior ao formato.

Ainda que tais proposições sejam potentes e consoem, de algum modo, com um olhar funcional, parecem, desde um ponto de vista clínico, demasiadamente amplas e pouco sistematizadas. Além disso, perigam se tornarem referenciais éticos demasiadamente distantes da realidade somática e psíquica dos sujeitos. Para além de regimes discursivos que produzem subjetivação; para além da linguagem, dos ideais cognitivos que podem ser deslocados ou transformados, nosso potencial relacional se sustenta, sumariamente, no chão somatopsicodinâmico que constitui cada criatura. Cabe, portanto, atentar-se para essa dimensão somatopsicodinâmica para perspectivar a qualidade dos vínculos. Para além da não-exclusividade ou da não-hierarquização, o que, efetivamente, sustenta a qualidade de um vínculo? Que aspectos, no cotidiano das relações, indica maior proximidade de uma relação de uma pessoa com outra(s) pessoa(s) a uma experiência de vitalidade, autonomia e integração? Quais referenciais podem indicar isso?

3. Funcionalismo orgonômico: bases epistêmicas para análise dos vínculos afetivo-sexuais

Diante dessa lacuna, torna-se necessário mapear os referenciais que permitam a análise de um vínculo não apenas pelo formato ou identificação ideológica, mas por sua dinâmica interna. É nesse ponto que o pensamento funcional orgonômico pode instrumentalizar nossa análise, uma vez que não sobrepõe a forma à função, mas as interrelaciona, no sentido de “A energia — que é o mesmo que dizer a função, ou movimento — antecede a matéria — que é o mesmo que dizer a forma, ou estrutura (REICH, 1973)” (PEREIRA, 2024, p. 60). Assim, ao elencar uma forma como objeto de análise, buscaremos sempre “traduzir forma por movimento. Forma, no pensamento orgonômico funcional, é movimento congelado” (REICH, 1973, p. 181 *apud* PEREIRA, 2024, p. 60, tradução do

autor). Nesse sentido, uma análise desde o funcionalismo orgonômico nunca se resume ao elemento estático, mas à dinâmica interna que o constitui.

É a partir desse entendimento que Reich olha para o sujeito. O corpo e a psique são entendidos como expressões que derivam um mesmo processo mais básico: o fenômeno energético da pulsação (expansão e contração), que é um princípio de funcionamento comum fundamental da vida, do qual derivam funções mais complexas. Nesse sentido, como Reich (1975) expõe na obra *A função do Orgasmo*, a sensação de prazer corresponde à função vegetativa parassimpática, de movimento no protoplasma do centro para a periferia do organismo, e-moção, expansão; e a sensação de angústia, por sua vez, equivale à função vegetativa simpática, de re-moção do protoplasma da periferia para o centro do organismo, contração. O movimento de pulsação se define como a expressão da função de **autorregulação**, a capacidade de um organismo de buscar a satisfação de suas necessidades a fim de alcançar um equilíbrio, uma homeostase. Essa busca de autorregulação é esboçada em termos de tensão mecânica → aumento de carga bioenergética → descarga bioelétrica → relaxamento mecânico, a que Reich (1975) se refere como a função do orgasmo.

Esse princípio funcional comum da pulsação manifesta-se, portanto, em pares funcionais, como carga e descarga, prazer e angústia, aproximação e afastamento. A partir dessa perspectiva, a noção de saúde se refere a quanto mais próximo um organismo estiver a essa função de pulsação, e a noção de adoecimento se refere à quanto mais essa capacidade de alternância pulsátil estiver comprometida. Em termos psíquicos e somáticos, isso significa dizer que um organismo mais próximo da sua função de autorregulação pode experimentar tantos estados de prazer, abertura e contato quanto estados de medo, frustração, raiva e tristeza. Nesses termos, não tomamos a saúde enquanto a permanência em um estado expansivo, ou enquanto uma experiência de prazer contínua, mas como a possibilidade de experimentar a contração e a expansão sem enrijecer-se. A disfuncionalidade está, portanto, nas defesas crônicas que comprometem a capacidade de pulsação que é, em si, a capacidade de autorregulação.

Nesse ponto, podemos deslocar esse princípio funcional comum para a questão do amor. O amor entre duas pessoas adultas pode ser compreendido como uma experiência de contato, de abertura energética entre dois organismos, que podem experimentar a excitação, expansão, a entrega orgástica e o relaxamento posterior, isto é, a experiência de orgasmo por meio do “abraço genital”, “momento de prazer mútuo, de abandono no

outro, de fusão, de perda momentânea do 'eu', da identidade cortical" (HORTELANO, 2004, p. 117). O amor é, sobretudo, um fenômeno energético com uma **função**, qual seja: a de ampliar a nossa capacidade de amar (HORTELANO., 2004, p. 110), de nos possibilitar o desembrutecimento e o aumento de nossa sensibilidade em um mundo que tem o encouraçamento como imperativo. Assim, uma relação de casal pode ser perspectivada enquanto um sistema que tem como função o desenvolvimento da capacidade de amar de cada sujeito que o compõe, tendo como cerne da experiência de estar juntos a possibilidade de entrega orgástica e, portanto, de autorregulação – tanto do sistema quanto de cada um dos sujeitos que o compõe.

Além disso, não podemos deixar de lado que a maneira pela qual se experiencia o vincular-se a um outro humano está diretamente relacionada à ontogênese do sujeito, ao desenvolvimento psicoafetivo. Afinal, como aponta Xavier Hortelano, o primeiro casal que formamos é com nossa mãe. Inicialmente de modo fusionado, como no período intrauterino; posteriormente, de modo simbiótico, através da díade mãe-bebê, do início da vida até em torno dos 24-36 meses. Reich se referia ao período da fase intrauterina ao primeiro ano de vida especialmente como "período crítico biofísico" (REICH, 1975).^[6] É tanto nessa relação de maternagem durante esse período primitivo quanto após, com o desenvolvimento da linguagem e das formas mais complexas de elaboração psíquica e cortical da experiência junto ao vínculo também com outros cuidadores, que se constitui a base somática e psíquica que configurará nossa capacidade de nos vincularmos ao outro. O vínculo que experimentamos com outro humano enquanto adultos, portanto, remete a esse momento mais inicial de nossa vida que oferece-nos as bases pelas quais o vivenciamos: se como segurança e amparo, se de modo ambivalente, se de modo desorganizante... É desse espaço matriz, onde vivemos nossa primeira experiência de casal com quem operou a função materna bem como das relações com as outras figuras de cuidado subsequentes, que reverberarão as condições para experienciar formar casal novamente com outros seres adultos quando já estivermos com nossas funções mais amadurecidas. Essas experiências primeiras de contato e vínculo e o modo como se vive os momentos seguintes do desenvolvimento – isto é, o *continuum* madurativo ou *continuum* da ontogênese (HORTELANO, 2007) – oferecem a estrutura e os traços de caráter que tanto possibilitam como também limitam a nossa experiência vincular. Em outros termos, nossa experiência de amar. O psicanalista Bowlby (2001(1969)), por exemplo, sistematiza essa compreensão com o desenvolvimento da Teoria do Apeg; também o pós-reichiano Hortelano (2007) o faz através da compreensão estrutural-

diferencial, que deriva de Federico Navarro, tanto a nível individual por meio da estrutura psicótica, limítrofe (*borderline*) e neurótica, quanto a nível de sistema casa com suas respectivas categorias de estruturas diferenciais: fusional, dissociada e adaptativa.

Assim, ainda que hajam identificações ideológicas e discursivas num sentido ou noutro, o que não podemos perder de vista é que o vínculo é vivido a partir de uma realidade psíquica e somática, de um chão energético que influi e condiciona o modo como se experiencia a relação. Desde esse olhar, vamos nos deslocando de apreender os vínculos prioritariamente por seu formato, como monogâmico ou não-monogâmico, e passamos a compreendê-los como sistemas vivos, organizados a partir das dinâmicas energéticas e somatopsíquicas de cada sujeito que os compõem. Sistema que desenvolve, no compartilhar do vínculo, sua própria identidade e dinâmica energética.

Nesses termos, assim como num organismo, que pode experimentar tanto sua capacidade de pulsação e autorregulação como a fixação de defesas que limitam sua pulsação, os vínculos também podem ser compreendidos nos termos de função e disfunção. A partir dessa perspectiva, vamos investigar de que modo essas dinâmicas se organizam no campo relacional e quais condições favorecem ou limitam a experiência de contato, autorregulação e vitalidade nos vínculos.

4. Da forma à função: entre a heterorregulação e a autorregulação no sistema casal

A partir da compreensão de um vínculo entre dois organismos enquanto uma expressão de uma base energética, constituída pela interação somatopsicodinâmica de ambos, podemos avançar na análise. Para isso, tomamos apoio na noção de casal enquanto um sistema, isto é, uma unidade funcional que não se reduz aos indivíduos isoladamente, tampouco ao contrato que o nomeia.

Nesses termos, a função do sistema casal envolve a ampliação da capacidade de contato e a possibilidade de regulação afetivo-sexual entre os sujeitos, bem como a uma escolha de compartilhar tanto a convivência do cotidiano quanto projetos futuros (HORTELANO, 2004, p. 110).^[7] Desse modo, o sistema casal surge enquanto uma unidade funcional que ganha ao ser analisada menos em termos de seu formato e mais em relação a sua capacidade de contato, pulsação e autorregulação.

Essa perspectiva ressoa com o texto “Relação sexual duradoura ou casamento indissolúvel?” de Reich (1930/1936), no qual ele distingue a função vital da relação

afetivo-sexual das formas institucionais externas que buscam regulá-la. Em outros termos, desloca a discussão da heterorregulação – que o sistema seja regulado desde uma norma externa, a instituição do casamento, fundamentalmente monogâmica – para a autorregulação, isto é, desde as condições e necessidades vitais do próprio sistema. Reich diferencia, portanto, ambas formas de relação. O casamento indissolúvel ou compulsivo é uma forma de relação que se assenta na noção conservadora de que o interesse sexual repousa em “relações sexuais com uma única pessoa por toda a vida e à procriação” (REICH, 1930/1936, p. 6), além de que se “assenta em interesses econômicos e na posição da mulher e dos filhos na sociedade”, isto é, na manutenção e perpetuação da família patriarcal. A relação sexual duradoura, a seu passo, se define como uma “relação radicada em necessidades sexuais e que **tende** a tornar-se duradoura” (REICH, 1930/1936, p. 6, grifos meus). Em outras palavras, a relação tende a durar pelo nível de vitalidade e satisfação que os indivíduos experienciam na vivência do vínculo, e não por imperativos externos.

Nesse sentido, a relação sexual duradoura é definida por “Uma afeição sexual resultante de experiências sensuais tidas em comum. Integra sobretudo uma gratidão pelo prazer sexual do passado e um vínculo sexual e emotivo (que não deve confundir-se com uma dependência neurótica) radicado no prazer que se espera vir a fruir no futuro” (REICH, 1930/1936, p. 7). Diferentemente disso, no casamento compulsório predominam formas de ligação marcadas pelo ódio recalcado que surge como amor reativo, que impossibilita a satisfação sexual, ou pela insatisfação sexual, que idealiza o parceiro com uma expectativa inconsciente de satisfação sexual nunca alcançada, o que facilmente se transforma em ódio (REICH, 1930/1936, p. 7).

Um elemento central de diferenciação das duas experiências relacionais é a capacidade de ternura em relação ao parceiro, consequência de um vínculo sexual e emotivo, isto é, de uma vivência integrada e não dissociada entre sexualidade genital e afeto. Aqui, a ternura surge como um critério funcional que também aparece, conforme a experiência clínica de Reich, na situação de pessoas incapazes de constituir uma relação sexual duradoura, onde a fixação infantil produz a experiência recorrente de não-satisfação em cada ato sexual, o que impede, por sua vez, o surgimento do sentimento de ternura para com o parceiro (Reich, 1930/1936, p. 8).

Reich ressalta, ainda, as condições sociais necessárias para a relação sexual duradoura ser possível em face do casamento compulsório, que passa por fatores que seguem atuais

e relevantes para a discussão atual sobre não-monogamia, quais sejam: a independência econômica da mulher; a criação e cuidado das crianças compartilhada pela sociedade; a não interferência de interesses econômicos na relação; e a possibilidade de, ocasionalmente, ocorrer relações temporárias e de caráter predominantemente sensual com terceiros.

A respeito desse último ponto, Reich assinala que as relações sexuais passageiras não são, em si, expressão de patologia, como o conservadorismo da época sugeria. Afirmar que estas podem exercer a função de autorregulação, inclusive ao ocorrerem simultaneamente com uma relação já existente. Isso tanto no sentido de revitalizar um vínculo já existente de um sistema casal, quanto no de abrir caminho para sua dissolução quanto este deixou de cumprir sua função de satisfação e regulação. Contudo, Reich também aponta um inconveniente das relações passageiras, que repousa na limitação da adaptação sensual entre os parceiros, o que pode reduzir o potencial de satisfação e de abandono orgástico quanto comparadas a relações duradouras. Além disso, a respeito das últimas, enfatiza a impossibilidade de determinar previamente a duração temporal de um vínculo e a impossibilidade de estabelecer parâmetros como este para esse tipo de fenômeno: “Do ponto de vista da economia sexual, pode acontecer que essa relação [sexual duradoura] dure semanas, meses, dois ou dez anos; por outro lado, também não afirmamos que essa relação deva ser monogâmica. É que neste domínio não é possível estabelecer normas” (REICH, 1930/1936 , p. 9).

Nessa direção, os elementos necessários para que uma relação sexual duradoura ocorra, segundo Reich, consiste em: potência orgástica (integração entre sexualidade tenra e sensualidade), superação das fixações infantis, ausência de repressão de pulsões e de inibições do moralismo sexual autoritário, capacidade de contato e abertura com o parceiro.

Ao revisitar esses pontos, fica nítido de que Reich não oferece um modelo relacional a ser seguido de maneira exógena, mas critérios para avaliar em que medida qualquer configuração relacional pode sustentar ou comprometer a função do amor, que é, em si, a função de pulsação e da autorregulação. Nesse sentido, podemos analisar a qualidade de uma relação ao analisarmos o quanto esta se aproxima ou se afasta dessa função. Assim, alguns critérios referenciais surgem: a capacidade de experienciar a vitalidade, o prazer e a entrega orgástica, como também a capacidade de sustentar tensões, conflitos e frustrações de modo franco e direto, sem que isso implique numa ruptura do vínculo ou

numa fixação defensiva (contração crônica). Outros critérios são a integração entre sexualidade e afeto; o sentimento de ternura com o parceiro, consequência de contato sexual (não apenas genital) satisfatório; a abertura do sistema às relações externas, inclusive com a possibilidade de experimentar relações sexuais passageiras; a autonomia e autorregulação de cada indivíduo para fortalecer a capacidade pulsátil do vínculo e não cristalizá-lo numa repetição neurótica. Por outro lado, a aproximação da disfunção de um vínculo pode ser denunciada pela: ausência de sentimento de ternura; insatisfação sexual; dissociação entre afeto e sexualidade; incapacidade de sustentar conflitos e frustrações; bem como a emergência de dinâmicas de possessividade, controle, dependência excessiva ou mesmo evitação. Deste modo, tanto relações identificadas com a monogamia quanto com a não-monogamia podem aproximar-se ou afastar-se de sua função, de modo que o critério de análise se desloca do plano do formato para o da dinâmica energética e somatopsicodinâmica que organiza o sistema casal.

5. Considerações finais

Através do caminho percorrido neste trabalho, se evidenciam os limites de tomar a discussão em torno da monogamia e da não-monogamia apenas como um debate entre formatos relacionais. Ao deslocar o eixo dos formatos para a dinâmica viva dos vínculos, ganha-se precisão e amplia-se a capacidade de analisar e interagir com esses fenômenos, inclusive no plano clínico. O critério mais importante, portanto, não é tanto o referencial com o qual os sujeitos se identificam a nível discursivo, mas o grau de funcionalidade do vínculo, observado através de sua dinâmica energética e da história psicoafetiva dos sujeitos que o compõem. Afinal, a capacidade de se vincular está ancorada na ontogênese do sujeito, em suas experiências primitivas de contato seja na etapa de maternagem, seja na relação subsequente com demais cuidadores, as quais constituem as bases para as formas posteriores de experimentar o vínculo e, em última instância, de amar.

De algum modo, é isso que Nuñez (2023) e Vassallo (2022) ressaltam naquilo que contribuem: o foco na qualidade da experiência cotidiana do vínculo, no que este produz de alegria e satisfação, a “artesanía cotidiana dos afetos”. Convergem com Reich quando privilegiam a qualidade da dinâmica do vínculo – sua função – em contraposição à regulação deste a partir das normas externas elencadas pelo sistema monogâmico, em que a exclusividade, a indissolubilidade e a hierarquia do vínculo surgem como imperativo. Mas divergem ou deixam uma lacuna quando não consideram a realidade somática e psíquica desse. Ambas autoras não propõem, assim como Reich, um modelo

relacional alternativo delimitado e circunscrito. Por essa razão mesma, a discussão que elencam ganha ao encontrar Reich, sobretudo por este oferecer critérios mais precisos para a análise da funcionalidade ou disfuncionalidade dos vínculos, para além do formato. A não-monogamia, portanto, produz um deslocamento ao privilegiar a dinâmica dos vínculos no lugar de se pautar nas regras externas estabelecidas pelo tecido social, moral e político monogâmico. Essa postura previamente aberta ao lidar com as relações, que ambas autoras junto a Reich defendem, pode inclusive prevenir que a identificação ideológica com a não-monogamia se torne mais uma norma externa a ser seguida. Pois, ainda que a roupagem seja mais “contemporânea”, não há grandes avanços se a relação seguir sendo experienciada a partir de um modelo exógeno, o que mantém os sujeitos em uma heterorregulação. O que se propõe é muito mais sobre desenvolver a capacidade de autorregulação, isto é, de viver a relação e o vínculo a partir das necessidades vitais de cada um e do sistema, do que sobre criar uma nova norma a ser seguida.

É justamente nesse ponto, contudo, que se evidencia uma tensão entre as contribuições dessas autoras e a perspectiva orgonômica: ainda que privilegiem a experiência e a dinâmica dos vínculos, não parecem indicar a necessidade de considerar a realidade somática e psíquica a partir da qual essa experiência é vivida. Isso é crucial, uma vez que a capacidade de se vincular não se constitui apenas no nível das escolhas, do discurso e da identificação ideológica. Remete, sobretudo, à história ontogenética e à organização somática, psicodinâmica e afetiva, que influem sobre o modo como cada sujeito pode experimentar o contato e a intimidade, bem como a autonomia e a separação. O deslocamento do formato para a dinâmica do vínculo, portanto, precisa ser acompanhado por outro deslocamento: do plano predominantemente discursivo e sociopolítico para a realidade somatopsíquica concreta dos sujeitos que efetivamente vivem esses vínculos.

Ainda, vale apontar para a não tematização explícita de Reich em suas obras a respeito da questão da desierarquização como Vassallo (2022) expõe. Não há menção, em Reich, da possibilidade de experienciar múltiplos vínculos afetivos-sexuais simultâneos, o que pode sugerir que se mantém, implicitamente, o sistema casal como uma unidade funcional privilegiada. Ainda assim, parece que tanto na relação sexual duradoura, de Reich, como no sistema casal, de Serrano, estes são tomados como sistemas abertos às relações externas e à comunidade. Nessa leitura, a “família nuclear patriarcal” como um sistema fechado em si mesmo e autossuficiente – em outros termos, a hierarquização – é tomada, necessariamente, como disfuncional. Desse modo, o sistema casal mantém uma identidade funcional que lhe dá sentido atual, mas a permeabilidade do sistema a outras

relações é considerada mesmo como um critério de vitalidade. Até esse ponto da análise, não há sentido em afirmar de que haver uma identidade casal seja, por si só, necessariamente disfuncional.

Por fim, no plano clínico, esse deslocamento implica que a escuta não tome o formato ou a identificação ideológica como critério de função ou disfunção, mas que se oriente por quão próximo ou afastado o sistema casal se encontra de sua capacidade de pulsação e de autorregulação e, para levar isso em conta, necessariamente deve-se atentar à realidade somatopsicodinâmica dos sujeitos, constituída em seu processo de ontogênese. Como consequência, os conflitos deixam de ser algo sobre o formato ou sobre a identificação e se deslocam para a expressão da dinâmica energética que compõe o sistema casal. Nessa perspectiva, o trabalho clínico pode se orientar na direção de favorecer, tanto aos sujeitos quanto aos sistemas que estes constituem, a reaproximação de sua capacidade de amar.

Notas

[1] Conforme publicação da autora em conta pessoal em rede social. NUÑEZ, Geni. Publicação em Instagram, 29 set. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DPMasQfDomZ/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

[2] “[A família] Transmite, pela sua formação e por interferência direta, não apenas atitudes gerais com respeito à ordem social existente e à maneira de pensar conservadora, mas também exerce influência imediata, especialmente pela estrutura sexual da qual se origina e se propaga, sobre a estrutura social das crianças, influência de caráter conservador.” (REICH, 1966, p. 109)

[3] “No entanto, em uma perspectiva crítica sobre não monogamia, não se trata de simplesmente aumentar a quantidade de vínculos sexuais, mas de construir outra forma de vive-los, independente de seu número” (NUÑEZ, 2023, p. 64). “Desconstruir a monogamia é desmontar o sistema piramidal. É inútil reivindicar um topo mais amplo para incluir mais amores; enquanto houver uma pirâmide, o resultado será monogâmico. Com duas, cinco ou vinte pessoas envolvidas” (VASALLO, 2022, p. 68).

[4] Essa perspectiva soa com o olhar de Reich a respeito da “relação sexual duradoura” em face ao “casamento compulsório”, como veremos adiante.

[5] Chamo atenção para essa distinção entre hierarquia e prioridade porque isso reverbera em tomar que é possível tanto não haver exclusividade sexual e continuar sendo uma configuração monogâmica, quanto duas pessoas formarem um casal sem que isso necessariamente reproduza necessariamente uma lógica hierárquica entre centro e periferia.

[6] “Reich denominó “período crítico biofísico” al período que abarca desde la formación del embrión hasta el primer año de vida extrauterina, pudiendo las alteraciones llegar a incidir en las depresiones crónicas, las dificultades de integración de los sistemas perceptivos, esquizofrenias y rasgos sicóticos, ya que el recién nacido humano es, durante varios meses, un “feto extrauterino”, dependiente de la madre. Lo más delicado y traumático en esta fase es la separación del cuerpo de la madre: ya que no hay aún defensa psíquica contra ese trauma, la defensa es neurovegetativa, reaccionando con simpaticotonía y llegando incluso hasta la muerte por marasmo si es prolongada, tal como demostró Spitz en casos de abandono emocional.” (VÍLCHEZ CAMBRONERO, 1996).

[7] Recordemos que, desde a perspectiva reichiana, a sexualidade genital é **uma** das formas de expressão da sexualidade humana. Quando nos referimos à sexualidade e ao orgasmo, estamos nos referindo à possibilidade de experimentar a expansão e a capacidade de entregar-se às sensações prazerosas do movimento das correntes vegetativas do corpo, que podem ocorrer num contexto de relação sexual genital adulta, mas também em uma série de outras experiências.

Referências

BOWLBY, John. **Apego e perda: Vol. 1. Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HORTELANO, Xavier S. O casal: um processo alquímico ou uma instituição perversa? In **No despertar do século XXI: Ensaio ecológicos pós-reichianos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HORTELANO, Xavier. **La Psicoterapia Breve Caracterológica**: Una respuesta psicossocial al sufrimiento emocional, individual y de la pareja. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva, 2007.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.

PEREIRA, Marlon R. **A criação de um paradigma unificado e emancipador para o SUS**: fracasso da estratégia transdisciplinar, limitações do paradigma atual e fundamentos para uma concepção unificada de saúde e adoecimento. Trabalho de Conclusão de Residência (Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Porto Alegre, 2024.

REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**: problemas econômicos-sexuais da energia biológica. 9ª edição. São Paulo: Editora brasiliense s.a, 1975.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1966

REICH, Wilhelm. (n.d.). Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura? In REICH, W. Alzon, C. **Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?** Textos exemplares 4. (Trabalho original publicado em 1930, ampliado em 1936).

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso**: por uma nova política dos afetos. São Paulo: Elefante, 2022.

VÍLCHEZ CAMBRONERO, Joan. *Necesidades sexuales en la infancia y adolescencia*. [S. l.]: ES.TE.R., 1996. Ponencia presentada en el VI Congreso Español de Sexología, Barcelona, 28-30 jun. 1996. Disponível em: <https://esternet.org/articulos/necesidades-sexuales-en-la-infancia-y-adolescencia/>. Acesso em: 25 ago. 2026.

Credenciais dos autores

Renata Andriolo Abel

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Cesusc. Especialista em Psicologia Corporal, com habilitação para atuar como Terapeuta/Analista Corporal de abordagem reichiana e bioenergética, pelo Centro Reichiano, Curitiba/PR. Formada em Psicoterapia Breve Reichiana pela Escuela Española de Terapia Reichiana (EsTeR). Mestra em Antropologia Social pela UFSC

José Henrique Volpi

Psicólogo (CRP-08-3685), Especialista em Psicologia Clínica, Anátomo-Fisiologia, Hipnose Ericksoniana, Psicodrama e Brainspotting. Psicoterapeuta Corporal Reichiano, Analista psico-corporal Reichiano formado com o Dr. Federico Navarro (Vegetoterapia e Orgonoterapia). Especialista em Acupuntura clássica e Método Ryodoraku (eletrodiagnóstico computadorizado de medição da energia dos meridianos do corpo). Mestre em Psicologia da Saúde. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Como citar este trabalho

ABEL, Renata Andriolo; VOLPI, José Henrique. Monogamia, não-monogamia e a função do amor. In: Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, 29, 2026. Curitiba: Centro Reichiano. ISBN 978-65-89012-07-8. Disponível em: <https://centroreichiano.com.br/anais/monogamia-nao-monogamia-e-a->

funcao-do-amor/. Acesso em: 31/08/2026.